



Assembleia Municipal

ATA Nº 22

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária Nº 22, realizada no dia 22 de Junho de 2012

Aos 22 dias do mês de Junho de 2012 reuniu em sessão ordinária na Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Joana de Brito Monteiro Serrano, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Alberto Ventura da Costa e Henrique Miguel Caetano Santana. Estiveram ainda presentes os vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Carlos Jorge Pereira e João Pedro Costa Arraiolos, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão era vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.

Registou-se a ausência de um deputado do PS.

Antes dar início aos trabalhos, o Presidente da Assembleia explicou que a decisão de realizar esta sessão no lugar de Frade de Cima teve como fundamento o princípio da descentralização do poder que visa levar a discussão política para próximo da população eleitora, e ainda fazendo assim cumprir uma promessa eleitoral. O Presidente aproveitou ainda para saudar a assistência que, ao afluir em tão grande número, fez com que esta se tornasse uma aposta ganha.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe Manuel Caniço, lamentando o facto de esta sessão não se ter realizado no edifício da escola, uma vez que apresenta melhores condições acústicas.

O Presidente da Assembleia explicou que endereçou uma solicitação à Câmara Municipal a perguntar que espaços públicos existiam no Frade de Cima para a realização desta sessão, tendo a Câmara respondido que nenhum dos espaços públicos sob sua jurisdição reunia condições para a realização de uma sessão da Assembleia Municipal. Assim, e na ausência da indicação de um local, o Presidente decidiu endereçar um requerimento à única entidade com um espaço minimamente adequado, a Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima, e que prontamente acedeu à pretensão da Mesa da Assembleia, pelo que não sendo o espaço com as condições ideais, é o espaço possível.

O munícipe Manuel Caniço voltou a intervir lamentando ainda que grande parte da população do Frade de Cima não tivesse tido conhecimento da realização desta sessão.

O Presidente da Assembleia explicou que os editais foram afixados nos locais habituais.

Interveio em seguida, em nome da Comissão de Utentes de Alpiarça, a munícipe Elisabete Relvas. A munícipe veio à Assembleia dar conhecimento do facto de a partir do dia anterior a esta reunião cerca de quatro mil utentes de Alpiarça terem ficado sem médico de família, e pedir apoio às forças políticas representadas, a fim de se envolverem, juntamente com a Comissão que representa, na luta pela melhoria da oferta pública de Saúde em Alpiarça. A munícipe informou ainda que numa reunião com a coordenadora do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Lezíria, Dr.^a Luísa Portugal, garantiram à Comissão que os dois médicos cubanos que agora partiram iriam ser substituídos por outros dois médicos de origem angolana até à chegada dos médicos cubanos que viriam substituir os primeiros, compromisso que não foi cumprido.

Atas

Passou-se à discussão e votação da Ata nº 20, da sessão extraordinária do dia 24 de Abril de 2012. Não havendo intervenções, a ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção da deputada Ana Margarida do Céu, que referiu não ter estado presente na sessão.

Passou-se à discussão e votação da Ata nº 21, da sessão ordinária do dia 27 de Abril de 2012.

O deputado Celestino Brasileiro fez uma proposta de alteração à redação da ata e reportou uma omissão.

O deputado Fernando Ramalho afirmou que a ata não reflete o que se passou na Assembleia, nomeadamente no que diz respeito ao recurso que interpôs à Mesa, que não chegou a ser apreciado, e à sua intervenção para evocação regimental, situação que também não vem espelhada na ata. Assim sendo, o deputado pediu que a ata fosse retirada para posterior audição da gravação e correção das omissões.

Considerando que ninguém se opôs à sugestão do deputado Fernando Ramalho, o Presidente da Mesa retirou a ata e remeteu a sua apreciação para a próxima Assembleia Municipal.

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do deputado Lúcio Amaral, que começou por felicitar o Presidente da Assembleia pela iniciativa de realizar esta sessão da Assembleia Municipal no Frade de Cima. Perguntou em seguida ao Executivo em que fase se encontra o concurso para a pavimentação de arruamentos no Frade de Cima e de que ruas se trata. O deputado referiu-se também à estrada que liga o Frade de Cima a Marianos, a estrada da Gouxá, lembrando que o mau estado da pavimentação já provocou um acidente que deixou uma pessoa incapacitada para o resto da vida, acidente que, segundo o deputado, motivou uma intervenção imediata da Câmara, que foi ao local tapar os buracos. O deputado perguntou se existe intenção por parte do Executivo de repavimentar essa estrada. Por fim, o deputado pediu esclarecimentos relativamente a um seu pedido de construção de um esgoto pluvial, pedido feito há mais de um ano e que ainda não teve despacho.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado recordou que na última Assembleia tinha pedido ao Presidente da Câmara que fosse facultada à Bancada do PS a documentação relativa à estadia de um grupo de trabalhadores estrangeiros na Reserva do Cavaló Sorraia, nomeadamente o acordo com a empresa que os contratou e documentação comprovativa da origem destas pessoas, requerimento que até agora não foi atendido, pelo que o deputado reiterou o pedido e voltou a questionar que se as pessoas que estiveram na Reserva eram dinamarquesas ou se se tratava de emigrantes da Europa de Leste, nomeadamente romenos. Situação que, a confirmar-se, muito desgostaria o deputado tendo em conta a situação do desemprego em Portugal. Entende o deputado que a Câmara

devia ter agido no sentido de assegurar que os trabalhadores dessa campanha agrícola seriam munícipes e não trabalhadores importados do estrangeiro.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada alertou para a avaria no semáforo da Rua José Relvas, que data já de há duas ou três semanas, e perguntou quando é que o Executivo pensa que este problema poderá estar resolvido.

Interveio em seguida o deputado João Osório apresentando uma moção pela defesa dos direitos de saúde em Alpiarça.

Sobre esta moção interveio a deputada Graciete Brito. A deputada afirmou que este problema preocupa toda a população e que a bancada do PS não é alheia a essa preocupação, pelo que a sua bancada está disposta a apoiar iniciativas de reivindicação da substituição dos médicos que cessaram funções o Centro de Saúde de Alpiarça. Não obstante, na opinião da deputada talvez não seja conveniente neste momento misturar assuntos que não têm que ver com o problema em concreto da falta de médicos, ainda que a deputada concorde com as preocupações manifestadas na moção, nomeadamente relativamente às extensões de saúde.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou concordar na generalidade com o teor da moção que alerta para um problema gravíssimo que o Partido Socialista sempre combateu. No entanto, o deputado considera que a moção tem um teor panfletário que talvez possa ajudar na agenda política da força que a apresentou, mas que não fará muito para ajudar a resolver o problema concreto das pessoas de Alpiarça.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado concorda também com o teor da moção, mas perguntou ao Executivo o que é que já fez para negociar com o Ministério da Saúde a vinda de novos médicos. Entende o deputado no entanto que não adianta estar sempre a contestar e não se ter capacidade de diálogo com as entidades competentes no sentido de se procurar resolver os problemas.

Não havendo mais inscrições, passou-se à votação desta moção.

A moção em defesa dos serviços de saúde foi aprovada por unanimidade.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado mencionou a Zona Industrial, obra que deu muito trabalho aos anteriores executivos, quer na infraestruturação, quer na captação de investimentos. Referiu este facto

porque, tanto quanto sabe, o anterior Executivo deixou pronto e assinado o processo de instalação na Zona Industrial de uma grande empresa de rações, instalação que três anos depois ainda não se confirmou. O deputado reconhece que não é a melhor altura para a captação de negócios, mas entende que quando as dificuldades são maiores, maior deve ser o trabalho no sentido de contrariar essas dificuldades, e lembrou que Alpiarça tem potencialidades enormes no que respeita à agro-indústria. Por essa razão, o deputado perguntou à Câmara que diligências já se tomaram, que projetos tem e principalmente que ideias concebeu para continuar a atrair investimento para a Zona Industrial.

O deputado referiu em seguida que foi aprovado pelo Governo a criação de uma linha de crédito para os municípios fazerem face ao seu passivo a curto prazo com uma taxa de juro de 2%. A este propósito o deputado recordou que este Executivo lançou um Plano de Saneamento Financeiro, plano que o PS nunca viu com bons olhos, que se materializou na contratação de um empréstimo à banca no valor de seis milhões de euros, com uma taxa de juro superior a 6%. O deputado mencionou também que, tendo em conta este facto, o Município de Alpiarça já não está em condições de usufruir desta linha de crédito com condições muito mais vantajosas do que as atuais. O deputado pretende pois saber qual é a opinião do Executivo acerca desta contingência que determina que o Município de Alpiarça seja agora gravemente prejudicado em relação a municípios que eventualmente tinham dívidas bem maiores que a nossa, e comentou que a necessidade deste Executivo em falar constantemente da dívida para ocultar a falta de ideias e de obras, tal como vem sendo seu apanágio ao longo dos últimos três anos, está a revelar-se prejudicial para os interesses do Município. O deputado pretende saber se a Câmara, perante estes factos, continua a pensar que fez bem em recorrer ao plano de saneamento financeiro.

Por último, o deputado evocou uma sessão da Assembleia Municipal durante a qual a CDU apresentou uma moção que alertava para a urgência da construção de um pavilhão polidesportivo no Casalinho. Acontece que o anterior Executivo implementou um equipamento desportivo no Casalinho que se encontra agora em estado de degradação, com densa vegetação em redor. O deputado pretende saber se a Câmara pretende manter aquele equipamento e se tem intenção de limpar a vegetação que o circunda.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado começou por se congratular pela realização desta Assembleia no Frade Cima, embora lamentando mais uma vez a falta de condições de trabalho, tanto mais que se trata de uma questão de boa vontade mais do que de falta de alternativas. Referiu-se em seguida ao assunto que tinha evocado na última

sessão a propósito da dificuldade dos munícipes acederem ao serviço de lar da Fundação José Relvas. O deputado lembrou que na altura o Presidente se prontificou a levar o assunto aos órgãos dessa instituição, pelo que perguntou ao Presidente se a reunião na qual o assunto seria discutido já aconteceu.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada referiu-se às promessas eleitorais da CDU para os Lugares do Concelho, promessas que, não sendo abundantes, mesmo assim ainda não foram concretizadas. A deputada perguntou o que é que foi feito, por exemplo, para construir um parque de lazer no Casalinho, tal como consta do programa eleitoral, ou para envolver as coletividades dos Lugares na realização de atividades lúdicas, culturais e desportivas. Para além disso, a deputada perguntou em que pé está a proposta eleitoral que dava conta da intenção de iniciar negociações com a Câmara de Almeirim para a pavimentação da estrada de Vale Peixe, bem como a ideia de criar condições para a abertura de novos arruamentos nos Lugares.

A deputada referiu ainda a intenção eleitoral da CDU de desenvolver uma política fiscal municipal atrativa, para perguntar o que está a ser feito nesse aspeto, sobretudo tendo em conta que as avaliações aos imóveis promovidas pelas Finanças estão a apresentar resultados aberrantes e falseados, como aconteceu no caso pessoal da deputada, e que as taxas cobradas pelo Município são as mais elevadas possíveis, ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões, começando pela intervenção do deputado Lúcio Amaral. O Presidente informou que a obra dos arranjos das ruas do Frade de Cima se encontra em fase de adjudicação, uma vez que ainda não abriram os concursos de candidatura aos fundos comunitários, concursos que estão completamente parados há já vários meses e sem o qual a Câmara não reúne condições para avançar para a empreitada. De qualquer forma, a Câmara já concluiu todos os procedimentos e já aprovou todos os elementos necessários ao lançamento do concurso da obra.

Relativamente à estrada que liga o Frade de Cima e Marianos, o Presidente afirmou ter intenção de avançar com a repavimentação pontual dos locais danificados, tanto nessa como noutras estradas.

Quanto ao pedido para o esgoto pluvial, o Presidente declarou não estar em condições de responder, dado que se trata de uma questão tratada pelos

Serviços e que não requer a intervenção direta do Presidente. Em todo o caso, o Presidente procurará saber o que se passa.

Passando às questões do deputado Paulo Sardinheiro, o Presidente explicou que a resposta ao requerimento da Bancada do PS foi entregue neste mesmo dia à Mesa da Assembleia Municipal para dar conhecimento aos requerentes, embora as respostas tivessem sido dadas no essencial durante a última Assembleia. Relativamente à nacionalidade das pessoas que estiveram na Reserva do Cavalo do Sorraia, o Presidente perguntou ao deputado Paulo Sardinheiro que diferença faz se se tratar de cidadãos dinamarqueses ou de cidadãos romenos. O Presidente comentou ainda que a observação do deputado pode indiciar uma visão pouco democrática e irresponsável da parte de alguém que se diz democrata. Esclareceu ainda que esses trabalhadores foram contratados por uma empresa instalada na Zona Industrial, empresa que fez um investimento de vários milhões já durante este mandato, que exporta grande parte da sua produção, que contrata sobretudo aos produtores locais, e que por isso se enquadra perfeitamente naquilo que o PS defende como empresa de visão estratégica para o desenvolvimento do Concelho de Alpiarça. Para esta campanha em particular esta empresa decidiu contratar mão-de-obra especializada do estrangeiro, sendo que, como é natural, não cabe à Câmara decidir quem é que as empresas privadas contratam.

Relativamente à moção apresentada pelo deputado João Osório e às considerações que alguns deputados fizeram quanto a essa matéria, o Presidente explicou que desde a primeira hora em que se colocou a questão da permanência dos médicos cubanos no Centro de Saúde, a Câmara procurou junto das estruturas representativas do Ministério da Saúde, e mesmo junto do próprio Ministério na pessoa do Secretário de Estado, esclarecer a situação e garantir a presença dos médicos. Nessa reunião com o Secretário de Estado foi garantido ao Executivo que os médicos cubanos a exercer em Alpiarça só sairiam quando estivesse assegurada a sua substituição, garantia que não se veio a concretizar apesar da insistência diária do Executivo. Ainda na mesma reunião o Executivo sugeriu que fosse colocado em Alpiarça um outro médico, sendo que a Câmara, à semelhança do que fazia com os dois médicos cubanos, asseguraria as despesas do terceiro médico com habitação e outras comodidades, pedido esse que não foi aceite, embora também não tivesse sido posto inteiramente de lado.

Quanto às observações do deputado Fernando Ramalho sobre a Zona Industrial, o Presidente lembrou que o desenvolvimento desse espaço resulta do trabalho persistente de vários Executivos Municipais e não apenas dos Executivos da maioria socialista, e acrescentou que já neste

mandato se reformulou o regulamento da Zona Industrial a fim de o agilizar no sentido de facilitar a transmissão de lotes, e também já durante este mandato se conseguiu que uma grande empresa como a TEXSA se instalasse em Alpiarça. Para além disso, o Executivo tem reunido regularmente com os responsáveis das unidades instaladas na Zona Industrial no sentido de acompanhar a evolução da situação.

Já em relação às observações no que diz respeito ao Plano de Saneamento Financeiro, o Presidente afirmou que as previsões do deputado não correspondem à realidade, uma vez que as taxas de juro do plano de saneamento financeiro serão muito equivalentes às taxas de juro finais do empréstimo previsto no Programa de Apoio à Economia Local do Governo, com a agravante de que as condições desse programa do Governo serem muito mais gravosas para os municípios ao nível da perda de autonomia de órgãos democraticamente eleitos. Para além disso, mesmo que o deputado Fernando Ramalho tivesse razão, este programa de nada servia há dois anos atrás quando o Executivo se deparou com o estado calamitoso das finanças da Autarquia e teve de recorrer ao único expediente definido na lei das finanças locais para resolver os problemas financeiros como o da Autarquia de Alpiarça. De resto, o Presidente lembrou que o dinheiro da linha de crédito de mil milhões de euros que o Governo está a disponibilizar aos municípios veio na realidade dos próprios municípios, uma vez que se trata do valor que lhes foi retirado pelos governos do Partido Socialista através das retenções a partir das transferências do Orçamento de Estado previstas nos dois PEC's.

Quanto ao comentário da deputada Graciete Brito em relação ao IMI, o Presidente reconheceu que de facto estava no programa eleitoral da CDU a intenção de proceder ao abaixamento dos impostos municipais e lamentou que não pudesse concretizar essa promessa dada a situação financeira em que encontrou a Autarquia. De resto, o Presidente detetou uma incongruência na argumentação do PS, uma vez que se a Câmara não tivesse optado pelo Plano de Saneamento Financeiro e agora estivesse em condições de recorrer à linha de crédito do Governo, teria da mesma forma de colocar os impostos municipais nos limites máximos.

Respondendo à questão do deputado Fernando Ramalho sobre a eventual construção de um ringue polidesportivo no Casalinho e de um parque de lazer, tal como estava descrito no programa eleitoral da CDU, o Presidente informou que o Executivo está a trabalhar num projeto de reabilitação da área onde foi implantado o ringue de futebol que envolva a colocação de balneários e o arranjo da área envolvente. Lembrou que o ringue foi colocado nos últimos meses do anterior mandato ao abrigo de um programa

da Direção do Instituto do Desporto, sendo que o Presidente considera que o recinto está mal integrado, uma vez que aquele tipo de equipamento é mais indicado para áreas urbanas. Ainda assim, a Câmara tem feito o possível por manter a área envolvente limpa de erva, embora nunca se consiga resolver completamente o problema.

Quanto à questão do deputado João de Brito sobre a situação do acesso por parte dos munícipes a vagas no lar da Fundação José Relvas, o Presidente reiterou a sua intenção de levar o assunto aos órgãos dessa instituição, simplesmente a reunião que estava marcada não se realizou por falta de *quórum*.

Relativamente à estrada de Vale de Peixe, o Presidente informou que esse assunto já mereceu uma abordagem por parte do Presidente ao Presidente da Câmara de Almeirim, mas adiantou que vai ser difícil realizar a obra, uma vez que envolve as vontades dos dois municípios e, principalmente, a disponibilidade financeira dos municípios.

Por último, o Presidente respondeu à questão da deputada Graciete Brito sobre as avaliações das finanças, explicando que as mesmas não estão dependentes da intervenção nem de nenhuma definição das Autarquias, embora, a pedido das Finanças e como acontece em todos os municípios, a Câmara auxilie as Finanças através da cedência de informação requerida pelos serviços das Finanças.

Para responder às questões relacionadas com os seus pelouros tomou a palavra o Vereador Carlos Pereira. Relativamente à Estrada da Gouxa, o Vereador informou que a repavimentação está programada e terá início assim que se terminar a obra que está a decorrer na rotunda de acesso. O Vereador comentou ainda que a Câmara não foi arranjar a estrada na consequência do acidente que lá aconteceu, uma vez que o trabalho estava programado para aquela altura e o Vereador nem sequer sabia que tinha lá havido um acidente. De resto, para além da repavimentação dessa estrada, a Câmara procederá à colocação de algumas lombas na estrada principal do Frade de Cima.

Já quanto à questão da deputada Ana Margarida Rosa do Céu, o Vereador explicou que o semáforo está encomendado e que se aguarda a chegada do material para proceder à substituição.

Iniciou-se segunda ronda da questão com a intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado expressou o seu desagrado em relação à resposta do Presidente à sua questão sobre a nacionalidade dos trabalhadores que estiveram alojados na Reserva do Cavalu Sorraia, insinuando que haveria na

bancada do PS alguma tendência xenófoba. O deputado esclareceu que se referiu à nacionalidade dos trabalhadores porque se sabe que a Dinamarca, para além de ser o país mais feliz do mundo, tem os ordenados mínimos a rondar os dois mil euros, o que, segundo o deputado, significa que se trataria de trabalho especializado. Nesse caso, seria interessante que houvesse partilha de conhecimento através da integração de trabalhadores alpiarçenses nessas equipas. No caso de se tratar de trabalhadores romenos, naturalmente tratar-se-ia de trabalho indiferenciado feito por pessoas que estariam a tirar o lugar a trabalhadores portugueses. Para além disso, o deputado lembrou que existem protocolos com as empresas instaladas na Zona Industrial que apontam para a integração de recursos humanos de Alpiarça, pelo que perguntou se a Câmara fez alguma coisa para fazer valer os nossos direitos. Quanto ao sítio onde esses trabalhadores ficaram, o deputado entende que a escolha é criticável, tanto mais que Alpiarça tem um parque de campismo desativado por inoperância da Câmara. O deputado disse ainda que este Executivo tinha mais facilidade em disponibilizar funcionários para apoiar as finanças no seu papel de avaliação de imóveis do que em defender os interesses dos alpiarçenses providenciando alguns postos de trabalho através da integração de munícipes na equipa da campanha agrícola em discussão.

Interveio também o deputado Lúcio Amaral para explicar que não referiu a intervenção da Câmara na estrada da Gouxa com qualquer maldade, apenas estranhou que após o acidente se tivessem tapado alguns buracos na zona do acidente, deixando o resto da estrada tal como estava.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado recordou a questão que tinha feito ao Presidente, e que este se terá esquecido de responder, sobre a instalação da PRIMOR na Zona Industrial, empresa com quem a Autarquia já teria protocolos firmados com o compromisso da parte da empresa de investir e empregar pessoas de Alpiarça. O deputado precisou ainda que os protocolos com a TEXSA foram todos assinados durante os anteriores mandatos.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado lembrou que as forças políticas eleitas no Concelho já colaboraram com sucesso com este Executivo na tentativa de atenuar os problemas de segurança e que o mesmo se poderá passar a propósito dos médicos, pelo que o deputado se mostrou na disposição de voltar a colaborar para, em conjunto, sensibilizar o Governo para este problema.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada esclareceu que a questão do seu colega de bancada sobre a nacionalidade dos trabalhadores

que estiveram na Reserva não pretendia ser mais do que isso, uma simples pergunta inofensiva que procurava precisar uma informação, ao que tudo indica, errónea. Já no que respeita à questão dos médicos, a deputada mostrou-se relutante ao ver o Executivo tão preocupado com essa questão quando se sabe que pela vontade da CDU os médicos cubanos nunca tinha vindo para Alpiarça, afirmação corroborada pela queixa que a CDU apresentou na Assembleia da República contra um eventual processo de colocação desses médicos em Alpiarça. Por último, relativamente às avaliações de imóveis, a deputada lamentou que a colaboração que a Câmara deu às finanças tivesse sido de tão má qualidade, uma vez que lhes forneceu dados errados, nomeadamente no que respeita à idade dos edifícios.

O Presidente da Câmara voltou a tomar a palavra para responder à nova ronda de questões. Começando pela última afirmação da deputada Graciete Brito, o Presidente explicou que as informações foram dadas às Finanças pelos Serviços com base nos documentos que existem na Câmara Municipal de Alpiarça. Em todo o caso, o Presidente dará nota aos serviços desta acusação e pedirá que o informem sobre a situação.

Relativamente à questão dos médicos cubanos, o que a CDU queria era a colocação de médicos no Centro de Saúde de Alpiarça, objetivo para o qual trabalhou ativamente. Pelo contrário, o Presidente não se lembra de uma única diligência tomada pelo anterior Executivo da Câmara Municipal de Alpiarça nesse sentido, com exceção do Presidente da Assembleia de Freguesia da altura, Abel Pinhão. Para além de que todo o processo de colocação dos médicos não era do conhecimento da Câmara Municipal de Alpiarça, como se veio a saber.

Quanto à questão da PRIMOR, o Presidente explicou que não tem conhecimento desse processo e que enquanto Presidente da Câmara nunca lhe chegou nenhuma manifestação da intenção dessa empresa se instalar em Alpiarça e muito menos que as negociações estivessem tão avançadas, pelo que se irá inteirar dessa questão. O Presidente refutou ainda a afirmação de que os processos de expansão das empresas já estavam acordados com o anterior Executivo, acrescentando que a duplicação da linha de produção da Monliz e a abertura de trinta novos postos de trabalho aconteceram em 2011 com intervenção deste Executivo, o mesmo acontecendo com o investimento de cerca de dez milhões de euros da Allfresh.

A deputada Inês D'Aguiar queixou-se de ter pedido a palavra e de não ter sido atendida pela Mesa. O Presidente da Mesa explicou que a deputada

tinha pedido a palavra depois de ele ter dito que as inscrições estavam fechadas e que não haveria terceira ronda de intervenções. A deputada comentou que as inscrições estariam fechadas só para alguns, acusação que o Presidente da Mesa pediu para ser justificada. A deputada disse que todos os eleitos do PS tiveram direito a usar da palavra uma segunda vez, ao que o Presidente respondeu mais uma vez que quando a deputada tinha pedido a palavra as inscrições já estavam fechadas.

A deputada Graciete Brito interveio mais uma vez, evocando a figura regimentar da Defesa da Honra. A deputada considerou que o Presidente da Câmara foi inconveniente ao dar entender que a deputada teria posto em causa a credibilidade dos serviços autárquicos em relação às informações que foram prestadas às finanças. A deputada limitou-se a dizer que houve erros grosseiros, e justificou a afirmação com um exemplo concreto, nomeadamente o seu caso pessoal.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa concedeu um intervalo, findo o qual colocou à votação a continuidade dos trabalhos após a meia-noite. A continuidade dos trabalhos foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Fernando Ramalho e Graciete Brito.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O Presidente realçou as reuniões que teve com responsáveis das empresas instaladas na Zona Industrial, nas quais, e respondendo a uma questão do deputado Paulo Sardinheiro durante o período antes da ordem do dia, o Presidente teve oportunidade de se assegurar e sensibilizar os responsáveis para a necessidade de cumprirem a obrigação protocolada de se privilegiar a contratação de trabalhadores com área de residência em Alpiarça, o que de resto tem vindo a acontecer sempre que é possível.

- Ponto 2 – Apreciação e votação da Proposta de Alteração dos Estatutos da LT-SRU, EM.

Não houve intervenções.

A proposta de alteração dos estatutos da LT-SRU, EM. foi aprovada por unanimidade.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do 2º Relatório do Plano de Saneamento Financeiro.

O Presidente explicou que este relatório vem à Assembleia na sequência da Lei das Finanças Locais e do decreto que regulamenta a spesa, tendo em conta o ambiente desfavorável ao investimento.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado informou a Assembleia que não recebeu o respetivo relatório e pediu que a partir de agora lhe fizessem chegar a documentação em papel. Por não ter tido conhecimento prévio do relatório, o deputado abstém-se de participar na discussão.

O Presidente da Mesa questionou o plenário e verificou que a falha que o deputado João de Brito apontou foi generalizada.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado congratulou-se pelo facto de o Plano de Saneamento Financeiro estar a ser cumprido e os objetivos a serem atingidos, e salientou a importância que o mesmo teve para o Município de Alpiarça, tanto mais que a linha de crédito criada pelo Governo para os municípios com dívidas a curto prazo ainda veio dar mais razão à opção tomada pelo Executivo no início do mandato. Sem esta visão do Executivo, que antecipou a do Governo, a Câmara de Alpiarça não poderia ter executado a obra que executou, talvez não tivesse conseguido corresponder às necessidades do normal funcionamento de uma Autarquia e não teria podido pagar às empresas a quem devia, recobrando alguma da credibilidade do Município, a quem muitas dessas empresas já não forneciam sem pronto pagamento.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. Uma vez que a falta da documentação parece ser um dado generalizado, o deputado perguntou se o Executivo vê algum inconveniente em adiar a discussão deste ponto para a próxima Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara explicou que o adiamento da votação deste ponto pode trazer consequências para o Município, que dessa forma passa a ficar em incumprimento. Sugeriu por isso que se procedesse à discussão e votação do relatório, e que eventualmente os deputados fizessem declaração de voto.

O deputado João de Brito concordou com o Presidente da Câmara quanto à necessidade de evitar consequências para o Município na sequência deste lapso, acrescentando que se deve chamar à responsabilidade quem cometeu o erro.

O deputado Fernando Ramalho afirmou não se sentir à vontade para votar um documento que não conhece, pelo que sugeriu que se marcasse uma sessão extraordinária para se apreciar este ponto.

A deputada Graciete Brito considera, ao contrário do seu colega de bancada, que tratando-se de um documento que não levanta grandes obstáculos à votação tendo em conta o carácter meramente factual do seu conteúdo.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado demonstrou a sua incompreensão em relação à atitude do deputado Fernando Ramalho, uma vez que não teve sequer a curiosidade de abrir o CD para ver se estava lá a documentação, o que indicia que o deputado já teria a sua opinião formada em relação a este relatório e à sua posição de voto.

A deputada Graciete Brito sugeriu que se criasse uma conta do *Dropbox* para a Assembleia para que a documentação fosse partilhada através desse sistema.

O Presidente da Assembleia concordou que se trata de uma sugestão a considerar.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado comentou que os dados não podem ser comparados, uma vez que os períodos não são comparáveis, o que dificulta a avaliação crítica do documento.

Posto à votação, o relatório foi aprovado por maioria, com 6 abstenções dos deputados da bancada do PS e da bancada do PSD.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. O deputado absteve-se porque não teve acesso à documentação que fundamentava este ponto.

O deputado Henrique Santana fez declaração de voto. Mesmo não tendo tido acesso à documentação, o deputado votou favoravelmente porque acredita que o Executivo está de boa-fé.

Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Alteração/Atualização do Mapa de Pessoal da CMA para 2012.

O Presidente da Câmara explicou que esta proposta procura criar condições fazer face ao término de um conjunto de contratos, procedimentos que implicam a autorização da Assembleia Municipal para eventualmente se lançarem concursos para ocupar as vagas que vão ficar em aberto.

O Vereador Carlos Pereira acrescentou que estas alterações não implicam na prática aumento de funcionários, uma vez que visam apenas criar

condições para a contratação de funcionários na sequência de aposentações ou vencimentos de contratos a termo certo.

O deputado Fernando Ramalho perguntou se os contratos a termo que vão vencer serão substituídos por contratos do mesmo tipo ou por contratos por tempo indeterminado.

O Vereador Carlos Pereira explicou que se trata primeiro de criar vagas no quadro de pessoal a fim de prevenir todas as situações relativas aos vencimentos de contratos e aposentadorias, acrescentando que a tipologia dos contratos a celebrar ainda não foi discutida.

A deputada Graciete Brito pediu esclarecimentos relativamente à criação dos oito postos de trabalho para Assistentes Operacionais na área da educação e um, na mesma área, para Assistente Técnico, perguntando se se trata da criação de novos postos da responsabilidade da Câmara ou se estão abrigo da delegação de competências.

O Vereador Carlos Pereira explicou que estes postos de trabalho estão ao abrigo da Transferência de Competências na área da Educação, acrescentando, por exemplo, que o posto de Assistente Técnico é ocupado agora pela funcionária Filipa Avelino, cujo contrato vai vencer, o que deixará essas funções sem funcionário para as desempenhar.

A deputada Graciete Brito comentou que a abertura de uma vaga para um Técnico de Geografia é demasiado vago, uma vez que essa área é demasiado abrangente e diversificada e há que especificar que tipo de geógrafo se pretende contratar.

O Vereador Carlos Pereira reiterou que este novo Mapa do Pessoal pretende prevenir todas as situações de cessação de contratos e aposentadorias, embora a abertura de vagas no mapa não signifique que todas as vagas vão ser preenchidas. As situações serão analisadas caso a caso, e caso a caso se tomarão decisões sobre o que fazer. Esta alteração no mapa de pessoal visa precisamente criar condições para essa tomada de decisão futura, consoante a necessidade que houver de se preencherem as vagas que forem ficando em aberto.

Posto à votação, a proposta de alteração do Mapa de Pessoal foi aprovada por unanimidade.

- Ponto 5 – Apreciação e votação – Modificação ao Orçamento – Revisão nº 1.

O Vereador Carlos Pereira explicou que esta modificação ao orçamento visa incluir o saldo de gerência no valor de cerca de um milhões e seiscentos mil euros.

O deputado Paulo Sardinheiro perguntou como é que foi feita a distribuição do saldo de gerência pelas diferentes rubricas do orçamento.

O Vereador Carlos Pereira explicou que o saldo foi afetado às despesas correntes, tal como estava inicialmente previsto quando se elaborou o Orçamento, que já fazia conta com este saldo de Abril.

O deputado Fernando Ramalho lamentou que nenhuma parte desse saldo fosse transferido para as despesas de investimento e acrescentou que, sendo como o Vereador descreve, sente-se enganado por ter aprovado um orçamento que afinal não correspondia à realidade.

A deputada Graciete Brito reiterou a observação do deputado Fernando Ramalho e perguntou se não há possibilidade de fazer transitar parte desta verba para o investimento.

O Presidente explicou que as despesas de investimento estão previstas e foram devidamente acauteladas através desta operação de sub-orçamentação da despesa corrente, sabendo à partida que a despesa corrente ia ser reforçada através do saldo de gerência de Abril.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro dizendo não entender porque é que o deputado Fernando Ramalho se sente enganado tendo em conta que um Orçamento é um documento previsional, e portanto sujeito a alterações e a não corresponder à realidade.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho, perguntando se existe necessidade de aumentar nesta altura de crise o cabimento dos prémios, condecorações e ofertas de quatro mil euros para oito mil euros, e se esse valor não podia ser transferido para despesa de investimento, o mesmo se podendo dizer relativamente a outros incrementos de rubricas de despesa corrente.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado não entende que o deputado Fernando Ramalho se sinta enganado com este orçamento, que é

um orçamento de verdade, quando durante anos o PS andou a apresentar orçamentos fictícios com receitas empoladas para equilibrar os orçamentos.

Posta à votação, a modificação ao Orçamento foi aprovada por maioria, com cinco abstenções da bancada do PS.

- Ponto 6 – Modificação às GOP's – Revisão nº 1.

A modificação às GOP's foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Fernando Ramalho, Graciete Brito e Ana Margarida do Céu.

Período de intervenção do Público

Intervenção do munícipe Manuel Caniço. O munícipe lamentou que as pessoas do Frade de Cima se tivessem desligado de Alpiarça e passado a ligar-se mais a Almeirim, e comentou que estranhou ouvir nesta Assembleia atacar este Executivo quando essas mesmas pessoas não fizeram nada pelo Frade de Cima quando tiveram oportunidade, referindo-se por exemplo à situação da estrada da Gouxá, que está praticamente intransitável há vinte anos.

Intervenção da munícipe Paula Matias. A munícipe lembrou, a propósito das acusações de que a CDU não queria médicos cubanos em Alpiarça, que a Presidente da Câmara do último mandato recusou assinar o abaixo-assinado da Comissão de Utentes que reivindicava mais médicos para Alpiarça, da mesma forma que recusaram assinar todos os eleitos pelo Partido Socialista, ao contrário dos eleitos da CDU e mesmo do PSD e CDS, e o mesmo se passou aquando da vigília que a mesma Comissão organizou, que contou com a presença de eleitos de todas as fações políticos menos do PS, com a exceção a título individual do Presidente da Assembleia de Freguesia de então, Abel Pinhão. A munícipe recordou ainda que recebeu resposta ao abaixo-assinado por parte de todas as bancadas com assento na Assembleia da República, exceto da bancada do PS. Não é pois verdade que a Comissão de Utentes não quisesse os médicos cubanos em Alpiarça, pelo contrário, tudo se fez para que viessem mais médicos para Alpiarça, e a munícipe só lamenta que o PS não se tivesse associado a esta reivindicação. Por fim, a munícipe deixou o apelo para que os eleitos do PS se juntem desta vez à luta para tentar trazer mais médicos para Alpiarça.aplicação e o controlo dos processos de saneamento financeiro dos municípios, que determinam que as Autarquias com Plano de Saneamento Financeiro em curso estão obrigadas a apresentar semestralmente um relatório de execução do Plano. Na linha do que foi dito a propósito do primeiro relatório, o Presidente reiterou que o Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido satisfatoriamente, embora seja muito mais

difícil cumpri-lo ao nível do aumento da receita, através da alienação de património, do que ao nível da diminuição da de

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata., que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____